

Impresso Especial

9912211301/2008 - DR/RS
Conselho Regional de Psicologia 7ª Região
...CORREIOS...



Av. Protásio Alves, 2854
Porto Alegre - RS
CEP 90410-006

Entre linhas



Ano X

Número 46

Janeiro | Fevereiro | Março de 2009



12 | 2009: Ano da Psicoterapia

18 | Escuta de crianças e adolescentes vítimas de violência

Calendário 2009 – encartado nesta edição!

Expediente

Publicação trimestral do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul

Presidente: Ivarlete Guimarães de França

Vice-presidente: Maria de Fátima Bueno Fischer

Tesoureira: Clair Ana Mariuza

Secretária: Tatiana Guimarães Jacques

Conselheiros: Ana Cláudia Baratieri Zampieri, Andréa Lucas Fagundes, Anete Regina da Cunha, Ceres Simone Simon, Clair Ana Mariuza, Clarice Moreira da Silva, Deise Cardoso Nunes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Fernanda Pires Jaeger, Glacir Pissolato de Freitas, Henrique Gheno Zilli, Ivarlete Guimarães de França, Karen Eidelwein, Loiva Maria de Boni Santos, Márcia Adriani Rodrigues Ribeiro, Maria de Fátima Bueno Fischer, Maria Josefina Franchini Torres, Paula Guntzel, Pedro José Pacheco, Ruben Artur Lemke, Sandra Rute Silva Martins, Sílvio Augusto Lopes Iensen, Tatiana Cardoso Baierle, Tatiana Guimarães Jacques, Tatiana Rammingier.

Comissão Editorial: Andréa Lucas Fagundes, Denise Macedo Ziliotto, Eduarda Coelho Torres, Ivarlete Guimarães de França, Letícia Giannchini, Lucio Fernando Garcia, Tatiana Guimarães Jacques.

Jornalista Responsável: Liliana Rauber (MTB/RS 9684)

Redação: Cláudia Rodrigues Barbosa (MTB/RS 11443)

Comentários e sugestões: comunicacao@crprs.org.br

Endereços CRPRS:

Sede – Porto Alegre: Av. Protásio Alves, 2854/301
CEP: 90410-006 – Fone/Fax: (51) 3334-6799
crprs@crprs.org.br

Subsede Caxias do Sul: Rua Moreira Cesar, 2712/33
CEP: 95034-000- Fone/Fax: (54) 3223-7848
caxias@crprs.org.br

Subsede Pelotas: Rua Félix da Cunha, 772/304
CEP: 96010-000 – Fone/Fax: (53) 3227-4197
pelotas@crprs.org.br

Foto pág. 7: Fabiana Reinholz/FNDC

Foto pág. 19: Kat Callard | Stock.xchng

Foto pág. 22: František Friedrich | Stock.xchng

Projeto Gráfico: Violeta Lima

Diagramação: Tavane Reichert Machado

Impressão: Gráfica Pallotti

Tiragem: 13.000 exemplares

Distribuição gratuita



Cadastre-se no site
para receber
a newsletter
www.crprs.org.br

Editorial

Este será um ano festivo. Em agosto, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) comemora 35 anos. A data representa a evolução da Psicologia gaúcha, cuja produção de conhecimentos, enquanto ciência e profissão, tem se comprometido cada vez mais com as demandas da sociedade.

Celebrar os 35 anos do CRPRS é resgatar uma história de um ser e um fazer psi no Estado. É lembrar que artesanalmente a Psicologia em solo gaúcho foi construída por tantos profissionais, que em 1974 eram 133 e hoje somos 13 mil psicólogos e psicólogas em atividade no Rio Grande do Sul.

Festejar é também poder problematizar a psicologia que temos e a que queremos. É colocar-se em análise, criticar-se, é criar e propor-se à re-criar-se a todo momento. É disponibilizar-se cada vez mais às demandas sociais.

Para homenagear a categoria, esta edição do Entrelinhas contempla o calendário de 2009 com ilustrações da Psicologia no Rio Grande do Sul nessas três décadas e meia.

Este é também o Ano Temático da Psicoterapia, conforme a escolha do Sistema Conselhos. Poderemos em 2009 problematizar este assunto que se constitui como um campo interdisciplinar, transversal e multiprofissional, exigindo um repensar sobre as limitações que apresenta no que tange a exclusividade por parte dos psicólogos. É importante refletir a Psicoterapia enquanto uma disciplina científica à luz de uma clínica ampliada, tendo como desafios para 2009, no Sistema Conselhos, a definição de Diretrizes Técnico-Científicas.

Além disso, de acordo com o que foi deliberado pelo Sistema Conselhos, estamos aprofundando o debate sobre escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência. Para tanto, nesta edição apresentamos dois artigos produzidos por psicólogos dos Serviços de Atendimento: Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima e Pró-Jovem. No espaço destinado ao Controle Social, duas psicólogas conselheiras do Comdica de Imbé e de Santa Maria relatam suas experiências na área.

Boa leitura!

Ivarlete Guimarães de França
Conselheira Presidente

Maria de Fátima Bueno Fischer
Conselheira Vice-Presidente

índice

04	notícias das comissões	18	em debate
08	entrevista	21	CREPOP
10	história	22	controle social
12	especial	24	agenda
17	espaço da COF		

Dica cultural

A arte de Zupo

Como muitos que adoram arte, não sou nenhuma exímia entendedora, mas me arrisco aqui a dar alguns palpites. E pensando bem, vindo por um ângulo otimista, isto de certa forma pode ser até um privilégio, pois permite à imaginação alçar vôo sem nenhum limite. Então vamos lá!

A dica da vez é dar uma circulada pela exposição “Os Nomes do Sol” de Zupo. Para quem ainda não conhece, pode-se dizer que além de grande talento, o artista apresenta um currículo bastante expressivo, com mostras não só nos vários cantos do Brasil, mas em locais como Bélgica, Índia e Japão.

Considerando como criador não só aquele que concebe e realiza a obra, mas também quem a aprecia, a obra de Zupo nos oferece a oportunidade de criar: criar histórias, viagens, desejos... As figuras dialogam entre si e se comunicam conosco; dançam, nos espiam, podemos até fantasiar que zombam de nós em algum momento.

Peço desculpas ao artista se ousar adentrar neste espaço que me é tão desconhecido, mas se o faço é por pura admiração à obra e desejo de compartilhá-la.

“Os Nomes do Sol”: que segredos nos apresenta o artista nesta mostra? Bem, deixo a resposta para as telas e para os amantes das artes. A exposição estará no hall de eventos do Hospital Moinhos de Vento até 03 de fevereiro. Outra possibilidade é ir ao Brique da Redenção, em Porto Alegre, num domingo e aproveitar o chimarrão curtindo os quadros de Zupo que também estão sempre por lá com suas cores e simbolismos. Acho que Jung iria adorar...



Eduarda Coelho Torres
Psicóloga, conselheira do CRPRS

Notícias das comissões

11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos

Entre os dias 15 e 18 de dezembro, os psicólogos Roberto Landell de Moura e Aline Hernandez representaram a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) na 11ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em Brasília.

Sob o tema Democracia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Superando as Desigualdades, o evento teve como objetivo principal contribuir para o fortalecimento de uma Política Nacional de Direitos Humanos que sirva como base para uma Política do Estado brasileiro, por meio da revisão e atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH).

Na ocasião, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva convocou os presentes a incluir entre as propostas



a transformação das Secretarias dos Direitos Humanos, de Políticas para as Mulheres e de Promoção da Igualdade Racial em Ministérios.

Avaliação psicológica

Em 2008, a Comissão de Avaliação Psicológica, juntamente com as Comissões de Ética (COE) e de Orientação e Fiscalização (COF) participou da série “Diálogos com o CRPRS” em 10 cidades do Rio Grande do Sul. Os encontros tinham como objetivo ampliar a interiorização das ações do CRPRS, além de orientar a categoria sobre questões técnicas do cotidiano de trabalho.

Uma das preocupações do CRPRS é quanto ao número de processos éticos relacionados à Avaliação Psicológica, uma vez que os documentos produzidos pelo psicólogo (declaração, atestado, parecer, laudo) são provas documentais num processo ético. Nestes encontros, a presidente da Comissão de Avaliação Psicológica, Clair Ana Mariuza, esclareceu os participantes sobre os procedimentos corretos para a elabo-

ração desses documentos, segundo a Resolução CFP nº 007/2003. Também foram repassadas orientações sobre o uso dos testes psicológicos, lembrando a importância de se verificar junto ao Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (Satepsi) – cujo link está disponível no site do CRPRS – a listagem dos testes aprovados pelo Conselho Federal de Psicologia, entre outros aspectos éticos que envolvem a avaliação psicológica.

Outra demanda recorrente da categoria é referente à avaliação psicológica para concessão de porte de arma. Em dezembro de 2008, o CFP publicou nova Resolução sobre este tema, que está publicada na íntegra na página 17 desta edição do Entrelinhas.

Sabe-se que este é o início de uma longa caminhada, que o CRPRS pretende dar continuidade em 2009 com uma maior participação da categoria.

GT do Trânsito

O Grupo de Trabalho do Trânsito do CRPRS realizou vários encontros com os psicólogos dos Centros de Formação de Condutores (CFCs) em 2008. Além disso, o GT organizou reuniões com o Detran e trabalhou junto com o Sindicato dos Psicólogos em prol da categoria que atua nesta área.

A partir de 2009, o GT do Trânsito passará a ser uma comissão: Comissão do Trânsito e Mobilidade Urbana. A meta é discutir não só aspectos relacionados aos psicólogos do CFCs, mas sim obter uma visão mais ampla em relação ao trânsito e à mobilidade urbana. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail orientec@crprs.org.br.

Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas

O seminário “...outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas”, realizado no auditório do Comando Ambiental da Brigada Militar em Porto Alegre no dia 21 de novembro de 2008, nasceu da inquietação de trabalhadores da área da saúde, vinculados ao Conselho Regional de Psicologia do RS, e militantes da Reforma Psiquiátrica, que em suas práticas cotidianas vêm-se atravessados pelas questões relativas ao cuidado de pessoas que usam álcool e outras drogas, se deparando muitas vezes com uma rede desarticulada, ineficaz e carente de dispositivos de cuidado. A declaração é da psicóloga Loiva de Boni Santos, conselheira do CRPRS – Subsede Serra e integrante da comissão organizadora do evento.

Segundo ela, é sabido que a política de atenção integral aos usuários de álcool e outras drogas tem como premissa a reforma psiquiátrica. “Ao mesmo tempo percebemos uma dificuldade dos trabalhadores de saúde mental de olhar para a questão de álcool e drogas, reforçando uma lógica ainda manicomial e excludente em relação ao cuidado destas pessoas”, explica.

Dessa maneira, a Comissão de Políticas Públicas do CRPRS, em parceria com o Fórum Gaúcho de Saúde Mental (FGSM) e a Associação Brasileira de Redutoras e Redutores de Danos (Aborda), reuniu-se para aprofundar as discussões em relação a esta temática. O grupo passou a encontrar-se semanalmente para construir este seminário que contou com um público de 160 pessoas, entre trabalhadores da rede de assistência social, educação, saúde, ONGs, redutores de danos, usuários dos serviços de saúde, comunidades terapêuticas e estudantes.

Programação

Durante o seminário, a mesa redonda intitulada “Interfaces entre Redução de Danos e Luta Antimanicomial” deu enfoque à redução de danos na lógica da Clínica Ampliada. O primeiro painelistas, Domiciano Siqueira, consultor em Dependência Química e Abordagem de Rua, falou sobre a descriminalização do usuário de drogas como lógica de cuidado.

“O uso de drogas é um direito fundamental do cidadão, assim como a espiritualidade, o divórcio, o suicídio, o homossexualismo, a livre expressão, a justiça, a autonomia, a dignidade, o trabalho, a angústia, a saúde, a prostituição, a eutanásia, o aborto e o amor”, disse Domiciano Siqueira, provocando a platéia com o lema que escreveu no quadro: Ciência se faz pelo debate, e não pelo consenso. “A droga não está associada necessariamente à violência. O poder público precisa entender que as pessoas têm diferentes relações com as drogas”, avaliou.

A seguir, a palestrante Fernanda Penkala, psiquiatra trabalhadora da rede pública de saúde mental de Pelotas, complementou: “A unanimidade é burra. É preciso trocar para crescer.” Fernanda aproveitou e relatou a história da redução de danos no Brasil, enfatizando a necessidade desta área trabalhar integrada com os campos de saúde mental, Reforma Psiquiátrica e luta antimanicomial. “Essa luta não pode ser separada”, analisa.

Para finalizar, Homero Ribeiro, artista plástico e oficinairo do CAPSad Reviver de Caxias do Sul, apresentou as obras de arte realizadas junto aos dependentes.



Resultado do seminário: As outras palavras

Urge a construção e disseminação de novas tecnologias de cuidado inspiradas em uma outra gramática na qual palavras como vínculo e afeto substituem eficiência e eficácia. Um jeito de fazer saúde no qual falamos de cuidado e de atenção sem cobrar abstinência de ninguém. Onde acolhimento substitui a noção de contenção e a continência substitui a noção de controle. Uma nova postura na construção de um “novo fazer” que tem como princípio o compromisso ético em defesa da vida, colocando todos da rede na condição de responsáveis pelo acolhimento e cuidado.

Trecho do relatório do seminário “... outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas”, apresentado no encontro nacional “Subjetividade do consumo de álcool e outras drogas e as políticas públicas brasileiras”, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia, nos dias 27 e 28 de novembro, em Brasília. O Rio Grande do Sul esteve representado pelas psicólogas Loiva Maria de Boni Santos, Deise Cardoso Nunes e Guilene Salerno, eleitas durante o evento realizado em Porto Alegre.

Próximos passos:

O grupo definiu que irá trabalhar para:

- construir um Grupo de Trabalho no Conselho Regional de Psicologia do RS para que a categoria produza um posicionamento
- produzir eventos regionalizados nas quatro cidades cobertas por subseções ou conselheiros do CRP (Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria e Passo Fundo)

Residências Multiprofissionais

Em 2006, o CRPRS constituiu o Grupo de Trabalho Residências Multiprofissionais em Saúde (GT RMS) com o propósito de discutir a inserção da Psicologia nos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional em Saúde. No ano de 2008, o grupo tinha como meta produzir um documento apontando potencialidades e necessidades a serem contempladas na formação dos psicólogos nas residências multiprofissionais, para ser apresentado em plenária da Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF)* e, em caso de aprovação, ser remetido à Comissão Nacional de Residências Multiprofissionais (CNRMS).

O objetivo era que esse documento, produzido a partir da inserção dos psicólogos nos diferentes Programas de Residência no Rio Grande do Sul, pudesse contribuir com as discussões da CNRMS. O GT fechou o ano de 2008 com o documento produzido, tendo o mesmo contribuído nas discussões do Seminário Estadual de Residências Multiprofissionais e em Área Profissional da Saúde, ocorrido nos dias 19 e 20 de setembro em Porto Alegre. Em maio de 2009, o documento será apresentado na APAF.

Entendendo que o objetivo do GT foi alcançado, as atividades se encerram no início de 2009. Após a reunião da APAF, o CRPRS convidará todos os psicólogos envolvidos neste processo para dar um retorno da reunião e, caso necessário, fazer outros encaminhamentos relativos ao GT.

Agradecemos a participação de todos os psicólogos que se envolveram nesta construção coletiva, que não seria possível sem a participação dos psicólogos inseridos nos Programas de Residência e demais colaboradores que fizeram parte deste espaço de discussão.

Para ver o documento produzido pelo GT RMS e encaminhado para discussão na APAF, acesse o site do CRPRS e clique em Áreas Temáticas.

** A APAF é constituída por representantes dos Conselhos Federal e Regionais e se reúne duas vezes ao ano. Entre suas atribuições está o acompanhamento das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e das políticas aprovadas.*

CRPRS participa do FSM 2009

“O Estado que temos e o Estado que queremos: contribuições da Psicologia” é o nome da Mesa de Diálogos que as conselheiras Ivarlete Guimarães de França e Loiva Maria De Boni Santos participaram, ao lado dos CRPs de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pará, durante o Fórum Social



Loiva Santos e Ivarlete de França (CRPRS), Humberto Verona (presidente do CFP) e Leticia Delpizzo (CRPSC)

Mundial 2009, realizado em Belém (PA), de 27 de janeiro a 1º de fevereiro. As conselheiras também acompanharam as atividades inscritas pelo Conselho Federal de Psicologia, com destaque para a mesa “Democratização da Comunicação: mídia e construção da subjetividade”.

Conferência nacional de comunicação é finalmente convocada

A confirmação da I Conferência Nacional de Comunicação foi feita pelo Presidente Lula, durante o Fórum Social Mundial, em Belém. Segundo a presidente do CRPRS, Ivarlete Guimarães de França, “o anúncio é resultado também da mobilização do CRPRS, integrando a Comissão Estadual Pró-Conferência Nacional de Comunicação, composta por 18 entidades”.

A realização da Conferência está prevista para os dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 2009. As fases municipais serão feitas até 22 de junho e as etapas estaduais de 30 de junho a 15 de setembro. Até outubro serão sistematizadas as propostas. O Executivo comprometeu-se em publicar ainda neste mês o decreto convocando a Conferência e a portaria que designará a Comissão Organizadora. A data escolhida para a Conferência refere-se ao Encontro Pró-Conferência Nacional de Comunicação, realizado no ano passado, e aos dois anos de implantação das TVs Pública e Digital no Brasil. O tema central para o debate na Conferência a ser sugerido pela Comissão organizadora é a idéia de que “as comunicações são meios para a construção dos direitos e da cidadania”.

Para a psicóloga Roseli Goffman, coordenadora de Mobilização da Executiva do FNDC e representante do Fórum e do CFP na Comissão Pró-Conferência, o próximo passo é buscar junto ao Executivo “que a Comissão Organizadora seja plural e democrática para garantir esse caráter também à Conferência”. A Conferência deverá contar com a participação da sociedade e movimentos sociais, das empresas de comunicação e do Executivo.

Pela Conferência de Comunicação

Em 22 de novembro, o CRPRS, em parceria com outras entidades, promoveu o Seminário Estadual Pró-Conferência Nacional de Comunicação, que contemplou em uma das mesas o tema Conteúdo Cidadão, analisando o que é veiculado pela mídia e seu impacto na subjetividade. Dois psicólogos participaram deste debate.

Ricardo Moretzsohn, representante do CFP na Campanha “Quem financia a baixaria é contra a cidadania”, fez questão de salientar que esta campanha não é censura, e sim controle social, tanto que foi criada tendo por base os estatutos legais, entre eles a Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Estatuto do Idoso, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, o Código do Direito do Consumidor e as convenções internacionais assinadas pelo Brasil. A conclusão do trabalho de comunicar as infrações aos Direitos Humanos pela mídia gerou até agora 35 mil denúncias fundamentadas, resposta positiva de anunciantes, o que determinou a mudança na grade e no conteúdo de emissoras, além da portaria de nº 1220, do Ministério da Justiça, sobre a classificação indicativa.

A psicóloga Roseli Goffman, consultora ad hoc do Conselho Federal de Psicologia, advertiu para um dado no mínimo alarmante: 90% da TV fundamenta a educação da criança, que assiste em média de 4 a 8 horas por dia. “O dano à educação e à informação da criança é irreparável, pois são seres que contemplam, repetem e fazem dele o hábito”. Ela aponta exemplos positivos de

outros países no debate desta questão e que já proíbem publicidade voltadas às crianças em qualquer horário. A respeito de como obter resultados no Brasil, a fórmula, segundo Roseli, é simples: “Fazer política é vida, mobilização é vida.

Só estamos realmente vivos quando participamos politicamente”. E, ao lembrar o resultado obtido pelo “Movimento Diretas Já”, conclamou: “A militância de rua é insubstituível”.

O Seminário Estadual reuniu mais de 120 pessoas na Assembléia Legislativa do Estado e teve como resultado a Carta de Porto Alegre, que foi lida pela presidente do CRPRS, Ivarlete Guimarães de França, no Encontro Nacional Pró-Conferência, realizado no mês de dezembro, em Brasília. Neste encontro nacional, o Governo sinalizou que a convocação da I Conferência Nacional de Comunicação deve sair ainda no primeiro semestre de 2009.

Fique atento e participe das etapas regionais, pois a Psicologia tem muito a contribuir neste debate!



Carta de Porto Alegre

Reunidos em um Seminário Estadual, na Assembléia Legislativa do Estado, representantes de movimentos sociais, entidades de trabalhadores, estudantes, pesquisadores, militantes pela democratização da comunicação do Rio Grande do Sul reivindicam a realização urgente da Conferência Nacional de Comunicação.

Os signatários deste documento consideram que o Governo Federal deve criar imediatamente um Grupo de Trabalho para organizar a Conferência nas suas dimensões regionais e nacional. À Conferência Nacional de Comunicação caberá a tarefa de sugerir ao país um novo modelo de comunicação que considere as aspirações da nação brasileira, promovendo a inclusão social e a capacitação da sociedade para a compreensão do fenômeno da comunicação social e das suas decorrências, que se impõem sobre a política, a economia, a cultura.

Para tanto, a referida Conferência deve centrar seus esforços nos debates e formulações de políticas públicas de comunicação, regulando e atribuindo um papel civilizatório aos sistemas de comunicação nas suas estruturas pública, estatal e privada; aos meios de comunicação em suas várias plataformas, e considerando o advento da digitalização; às relações de cidadania e de consumo que transitam pela produção e recepção do conteúdo da comunicação social.

Os participantes do Seminário Estadual Pró-Conferência alertam, ainda, que a Conferência Nacional deve dedicar especial atenção à radiodifusão comunitária, pela sua relevância democrática; ao processo de concessões de outorgas para radiodifusão, hoje minado pelo tráfico de influências; à qualidade da programação das TVs abertas, considerando o impacto social das mesmas; aos reflexos da convergência midiática na educação, atentando para seus aspectos negativos e positivos; à ética da comunicação, destacando seus reflexos na formação de educadores e na

preservação de valores identitários; à criação de mecanismos internacionais contra a baixaria na mídia.

Por fim, os participantes do Seminário assinalam que o Governo Federal não pode se furtar ao encaminhamento da Conferência, já referendada pelos movimentos sociais, pelo setor privado e por vários setores governamentais, entre eles o Ministério das Comunicações. Se em muitos campos de atividade o Brasil vive um tempo de mudanças de paradigmas, com a implantação de políticas públicas modernas, por que manter na comunicação um modelo superado, oligárquico e refratário às suas responsabilidades sociais?

Os riograndenses, através do Seminário Estadual Pró-Conferência, reclamam imediatas providências para o encaminhamento da Conferência Nacional de Comunicação, abrindo caminho para uma sociedade justa e democrática, onde vigore o respeito aos direitos sociais e humanos e à diversidade nas formas de expressão, de comunicar e de ser.

Porto Alegre, 22 de novembro de 2008.

Associação Brasileira de Rádios Comunitárias - Abraço, Associação Mundial de Rádios Comunitárias - Amarc, Campanha Ética na TV, Canal Comunitário POA TV, Central Única dos Trabalhadores - CUT/RS, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - Comdim, Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul - CRPRS, Conselho Regional de Rádios Comunitárias - Conrad, Estudantes de Psicologia da Unifra, Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social - Enecos, Federação da Alimentação do Rio Grande do Sul, Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj, Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação - FNDC, Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/RS, Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul, Sindicato dos Psicólogos no Rio Grande do Sul - Sipergs e Sindicato dos Telefônicos do Rio Grande do Sul - Sinttel/Fittel.

Ética se ensina?

A palavra ética vem do grego Ethos e significa morada do humano. Resumidamente, ética é o lugar onde habitamos, é a nossa casa. Por outro lado, Ethos também compreende o sentido de marca ou caráter. Sendo assim, trata-se de um conjunto de princípios e valores sobre o Querer, Dever, Poder que dão suporte ao ser humano para decidir, avaliar e julgar. O Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) recebe diariamente muitas solicitações da categoria sobre este delicado tema. Para responder algumas delas, o Entrelinhas entrevistou o psicólogo e coordenador técnico do CRPRS, Lucio Fernando Garcia. Confira:

O Código de Ética Profissional dos Psicólogos compreende todos os aspectos possíveis nas relações de trabalho do Psicólogo?

Nenhum regramento ou ordenamento legal pode dar conta em sua totalidade da complexidade do trabalho e das atividades envolvidas no fazer do profissional psicólogo. Não é possível a construção de uma cartilha de regras que sustente todas as situações envolvidas em nosso fazer. Não queremos um “catecismo psicológico” e sim um documento que possibilite a reflexão, o exercício do cuidado com o outro e a conduta deste profissional. O atual Código de Ética Profissional do Psicólogo, instituído a partir de 2005, buscou apresentar aos colegas psicólogos e à sociedade um documento cidadão, ou seja, preocupado com questões amplas e emergentes na sociedade atual. É um código que exige reflexão por parte do profissional, que obriga a buscar o entendimento com outras legislações e documentos de conquista de direitos (individuais e coletivos). Na parte inicial do código, temos os Princípios Fundamentais, que fazem o resgate e exercitam o profissional a um olhar ampliado acerca das novas conquistas sociais e de direitos, promovendo a cidadania no seu ambiente de trabalho.

Um código, não deve se limitar a ser disciplinador, uma vez que usa de imperativos, mas ser um guia que vai além do dito dever. A tomada de decisão, assim como o agir, devem estar estabelecidos para além de um dever postulado, devem estar pautados na condição humana, na busca e no encontro com o outro. Por isso o código não pode estar sustentado em uma técnica ou representar o pensamento de um grupo, mas deve espelhar as conquistas ditas cidadãs alcançadas pela profissão.

A ética é algo muito maior do que um código pode estabelecer?

Acreditamos que não basta a organização e elaboração de um código profissional, tarefa árdua e de extrema complexidade, se o reconhecimento deste não estiver em sintonia com a prática do psicólogo. O nosso

código atual, após exaustivas discussões e debates pelos psicólogos espalhados pelo país, estabeleceu na listagem daqueles artigos o que se poderia definir como conduta e ação eticamente aceitável.

Um código de conduta (ética) nunca estará completo, estará sempre atrelado ao desenvolvimento de novas normas sociais, do avanço de novos conhecimentos técnicos e da abertura de novas áreas de atuação. Os psicólogos têm pautado nos últimos anos, em suas discussões, questões para além do trabalho, posicionando-se frente a demandas sociais, de proteção a direitos e na defesa de procedimentos que denunciam desigualdades, numa clara manifestação de que a profissão tem uma responsabilidade para além das técnicas e procedimentos. Assim temos as defesas e conquistas alcançadas pela Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, em clara lucidez de que reflexões éticas extrapolam os muros do determinado em um documento deontológico (Código), mas alcançam outros espaços em que a Psicologia enquanto profissão vai aos poucos assumindo como uma nova área de trabalho e debate ético.

Além destes, temos a questão da pesquisa em Psicologia com seres humanos, em que o Código estabelece princípios deontológicos gerais, ficando a cargo de outras legislações, como as resoluções do CFP e do Conselho Nacional de Saúde (196/96), pautar as questões e minúcias envolvidas. A pesquisa com seres humanos, assim como estudos de caso, discussões clínicas ou outros que envolvam a intimidade e a confidencialidade das informações exigem por parte do psicólogo a análise e a busca por procedimentos que estão para além do puramente definido como dever. Devem estar condicionadas a uma verificação dos objetivos a serem alcançados, alinhado ao bem (ético) imputado àquele que está aos nossos cuidados.

Ética se ensina?

Este questionamento comumente é feito ao CRP na tentativa de lançar um olhar reflexivo acerca das ques-

tões complexas presentes em uma determinada ação técnica ou na conduta profissional. A ética é o estudo da conduta humana na busca de identificar o que é bom ou correto numa determinada ação ou comportamento. Um Código de Ética, seja ele constituído por uma corporação profissional, instituição ou empresa, é na verdade uma parte da ética. Resume-se a um conjunto de regras que pretende auxiliar ou mesmo determinar uma conduta profissional. Acredito ser fundamental a constante discussão dos dilemas éticos presentes no campo profissional, proporcionar o debate e a reflexão, diferentemente do que só listar “deveres”.

O ensino da ética estaria contemplado na apresentação do código de ética da profissão durante a formação do psicólogo, situando-o como instrumento de trabalho e não apenas como um livro de regras. Um instrumento que transcende uma prática específica, uma teoria psicológica ou uma especialidade. A ética como disciplina filosófica está contemplada nos espaços acadêmicos. O que queremos é a ética aplicada e a discussão da conduta e do posicionamento do sujeito frente a sua atividade profissional. É exercício puro e constante, não há modelo, mas a busca diária de um fazer adequado e ético.

Qual o papel das universidades na construção da ética profissional?

A formação técnica e as discussões acerca das questões éticas caminham *pari passu* na tarefa formativa,

em especial junto aos cursos de graduação. A missão de preparar o futuro profissional, juntamente com o conhecimento acadêmico, está na possibilidade de discutir práticas, conhecer e exercitar discussões éticas sobre o fazer do profissional.

Qual o papel da Comissão de Ética do CRP?

As Comissões de Ética, instâncias permanentes dentro dos Conselhos Profissionais de Psicologia, possuem, além do caráter estritamente confidencial, a função de instruir e preparar um processo ético disciplinar que posteriormente será julgado pelo Plenário do Conselho. Buscamos transpor este limite puramente processual, identificando e listando as questões que por princípio descumpriram o estabelecido no Código de Ética (que visa à determinação deontológica do que é “bom” como dever profissional) na tentativa de organizar orientação devida ao colega e à categoria quanto aquela questão. Assim, o limite da análise não pode ficar no determinado apenas nos artigos do referido documento legal, mas na ampliação da discussão acerca da conduta e dos princípios que os colegas psicólogos devem estar atentos em seu fazer.

A Comissão de Ética, juntamente com outras Comissões, busca mapear e identificar situações em que o Conselho como órgão de classe possa orientar os colegas no sentido de qualificar e exercitar o constante debate das questões éticas implicadas em cada atividade exercida pelo psicólogo.

“Ética é o tipo de relação que é preciso ter consigo mesmo, rapport a soi(...) que determina como se supõe que o indivíduo se constitui a si mesmo como sujeito moral de suas próprias ações”.

Tomar como ponto de partida esta citação de Foucault (2005, p. 94) nos permite desde já apontar para uma reflexão que comporta o si mesmo. Contrário ao que é imposto de fora como norma, ele parece nos dizer de um processo, como tal em constante movimento, que acontece em toda a nossa existência. Onde estariam os pilares de tal formação? Propomos que de berço as linhas são traçadas. Contando com o potencial do novo ser, a constituição estará sujeita a rearranjos. Como base pontos de referência, âncoras flexíveis capazes de dar sustentação aos balanços e instabilidades. Cotidianamente somos cutucados a escolher, tomar posição. Na medida que amadurecemos, sempre contando com o não enrijecimento de nossos tecidos pensantes, abrimos espaço para este exercício saudável. Poder contar com a possibilidade do ensaio e erro que indicam novas posições, outros vértices estabelecem um terreno onde as tentativas ampliam, incentivam e capacitam a diferentes enfrentamentos. Falar de ética é dizer do encontro com o outro. É pela troca de sentimentos e saberes que praticamos nossas relações. Vivências do dentro e do fora se alimentam reciprocamente. Sem ponto de chegada, falar de ética e formação inclui ir e vir, trânsito comunitário. Ética se ensina? É fundamental ter modelos? Podemos ainda apostar em valores básicos?

Ceres Simone Simon

Psicóloga, conselheira e presidente da Comissão de Ética do CRPRS

Referência: Eizirik, M “Michel Foucault”, Editora. Unijuí, RS, 2005.

35 anos de CRP

Em 2009 o CRPRS completa 35 anos de atividade. Uma história da qual fazem parte cada um dos mais de 16 mil psicólogos já registrados neste órgão. Hoje, em atividade, são quase 13 mil profissionais regularmente inscritos. Ao longo deste ano, o CRPRS irá promover uma série de atividades alusivas à data, devendo culminar com a inauguração do novo auditório da sede. O Entrelinhas também entra no ritmo das comemorações, e a cada edição trará uma reportagem sobre algum aspecto que tenha marcado a categoria nestas três décadas e meia. Nesta primeira edição, apresentamos o resumo do trabalho produzido pelo GT História da Psicologia, que há três anos vem se dedicando a pesquisar a trajetória desta entidade.

Os órgãos de registro e fiscalização profissional no Brasil foram constituídos vinculados ao Estado e com os objetivos de registrar e fiscalizar o exercício profissional das profissões a que se remetem. No entanto, o exercício desses órgãos, há muito, extrapola tais objetivos, constituindo-se em instituições de referência tanto para as categorias que congregam como para a sociedade em geral.

Em 2006, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul instalou-se em uma nova sede. A mudança do espaço físico 'desalojou dos arquivos mortos' documentos e referências da história de constituição desta instituição. Todo esse processo suscitou a criação de um Grupo de Trabalho com o objetivo de 're-alocar' essas referências e publicizá-las.

O GT propôs a criação de um Memorial do Conselho Regional de Psicologia, reunindo e disponibilizando documentos históricos do órgão e a constituição de um banco de imagens e informações sobre profissionais e sobre o percurso da psicologia no Rio Grande do Sul. O



resgate dos documentos não implicou na aceitação acrítica desses registros, mas na sua compreensão como uma interpretação de um determinado período. Implicou em assumir a responsabilidade de disponibilizar à categoria esses registros como um modo de permitir diversas leituras e construir modos diversos de contar a história.

Além de criar um espaço para exposição de documentos, o GT propôs o resgate através da memória de conselheiros da primeira à quarta gestão, correspondendo aos anos de 1974 a 1986. Tal delimitação se fez tendo em vista a extensão do período e a necessidade de um certo distanciamento temporal. Além de depoimentos individuais, o grupo reuniu conselheiros de cada gestão que foi possível contatar para relembrar histórias do período, e estas reuniões foram gravadas em vídeo. Não havia um roteiro pré-estabelecido, mas após a apresentação se solicitava que cada um relembrasse o período em que participou como conselheiro. O espaço grupal se constituiu em um momento de encontros e de re-encontros em que, simbolicamente, um lugar é concedido aos 'ancestrais', e tal lugar foi saudado pelos participantes como um reconhecimento do trabalho desenvolvido. A troca de idéias e a dinâmica do grupo permitiram uma construção coletiva para além das memórias individuais e com este intuito foram previstas como técnica de trabalho.

Para finalizar, foi produzido um vídeo, com duração de 40 minutos, o qual consiste em uma montagem dos depoimentos e a contextualização política/social do período, tomando como referência, principalmente, o contexto político brasileiro. A proposta procura romper com a 'pasteurização' da história, articulando autores e fatos ao contexto em

que se inscreveram. Os depoimentos ilustram o olhar do presente sobre o passado, as memórias, as omissões, as alegrias, as decepções, as construções e (des) construções, enfim, o 'desalojar dos arquivos mortos' da memória viva como um modo de 'comemorar' e festejar esse órgão de classe.

Os registros remontam ao ano de 1949 e uma primeira tentativa de organização formal dos psicólogos gaúchos, efetivada em 1959 com a criação da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul. Tal entidade sempre esteve muito próxima da criação do Conselho Regional de Psicologia, como aliada ou como oponente. A criação formal do CRP se fez na Assembléia Legislativa do Estado com a presença de autoridades 'civis e militares', o que informa o lugar da instituição no contexto brasileiro. É com o apoio do Conselho Regional e da Sociedade de Psicologia que se cria o Sindicato dos Psicólogos do Rio Grande do Sul, em 1980, constituindo-se uma tríade que vai acompanhar a trajetória do Conselho.

As quatro plenárias que estão apresentadas neste documentário são ilustrativas dos modos como foram se estruturando as relações da categoria com a



Você também faz parte desta história!

sociedade e, principalmente, os modos de reconhecimento social da categoria empreendida pelo seu órgão de classe. Contam, também, sobre o crescimento do número de psicólogos na região sul e o desmembramento do Conselho Regional por estado da federação.

O GT partiu do fundamento de que lembrar não é repetir memórias, mas criar sentidos na medida em que se revisita o passado, o que suscita um repensar sobre a ética que estrutura cada fazer.

Trecho do trabalho apresentado pelo GT História da Psicologia no Encontro Clío Psychè, em outubro de 2008, no Rio de Janeiro.

Calendário alusivo aos 35 anos

O Calendário de mesa encartado nesta edição do Entrelinhas é alusivo aos 35 anos de atividades do CRPRS. A cada mês são apresentadas imagens que marcaram parte desta história. Saiba mais:

Janeiro – O Conselho Federal de Psicologia e seus Regionais foram criados com a finalidade de orientar, fiscalizar e regulamentar o exercício da profissão de psicólogo no Brasil. As imagens que aparecem neste mês retratam alguns dos inúmeros materiais de orientação já produzidos pela e para a categoria.

Fevereiro – Nos arquivos do CRPRS, estão guardados exemplares de todos os jornais já produzidos pela entidade. Este mês apresenta alguns dos boletins editados na década de 1980.

Março – Alguns dos fatos marcantes das décadas de 1970 e 1980 – como a inauguração da sede da Osvaldo Aranha – aparecem neste mês.

Abril – Amostras de notas oficiais e reportagens publicadas pela mídia tendo o CRPRS como fonte.

Maio – Momentos do CRPRS na década de 1990.

Junho – As diferentes versões da carteira de identidade profissional do psicólogo.

Julho – Documentos e fotos que mostram os Congressos Regionais e Nacionais de Psicologia, instância máxima de deliberação democrática da categoria.

Agosto – No mês do Psicólogo, recortes de jornais relacionados ao dia 27 de agosto.

Setembro – Na década de 1990, o boletim informativo do CRPRS ganhou diferentes versões.

Outubro – Momentos que marcaram o CRPRS nesta primeira década dos anos 2000.

Novembro – Uma das formas de orientar a categoria é através de eventos sobre as diversas áreas de inserção da Psicologia. Esta tem sido uma marca do CRPRS nessas três décadas e meia.

Dezembro – Nos anos 2000, o jornal do CRPRS ganhou o nome de Entrelinhas, já tendo assumido diferentes layouts e propostas editoriais.

2009
ano da
PSICOTERAPIA
Construindo Referências
para a Atuação do Psicólogo

2009: Ano da Psicoterapia

Como já vinha sendo divulgado em edições anteriores do Entrelinhas, 2009 é o Ano da Psicoterapia no Sistema Conselhos de Psicologia (Conselho Federal e Regionais). O objetivo é produzir parâmetros mínimos para a atuação da categoria nessa área. Para tanto, em todo o País, serão realizados eventos positivos que culminarão em um encontro nacional da categoria, previsto para o mês de outubro.

No Rio Grande do Sul, serão realizados eventos preparatórios em cinco cidades para que a categoria possa contribuir com a construção de um documento, que será finalizado no Seminário Regional do Ano da Psicoterapia.

Encontros Preparatórios:

28/03 – Porto Alegre

25/04 – Pelotas

23/05 – Santa Maria

27/06 – Caxias do Sul

01/08 – Passo Fundo

Seminário Regional

29/08 – Porto Alegre

Os encontros serão realizados em torno de três eixos temáticos:

- 1 - A constituição das Psicoterapias como campo interdisciplinar.
- 2 - Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da Psicoterapia pelos psicólogos.
- 3 - Relações com os demais grupos profissionais

Mais informações sobre os eventos estarão disponibilizadas em breve no site: www.crprs.org.br.

Confira a seguir três artigos sobre os eixos temáticos do Ano da Psicoterapia, escritos por psicólogas que participaram dos debates promovidos em 2008.

A ética da clínica é também sua política

As Psicoterapias – em suas variadas formas – compõem um dos múltiplos dispositivos do vasto campo da clínica na contemporaneidade. Tendo a clínica médica como seu nascedouro, forjou seus métodos e técnicas a partir da experimentação concreta de suas práticas, incorporando outros saberes e disciplinas ao seu exercício, na tentativa de aproximar-se cada vez mais da realidade complexa sobre a qual opera e na qual se encontra imersa: a vida em seu contexto singular de relações.

Nesse sentido, se a Psicologia como profissão não é prerrogativa para o seu exercício, os conhecimentos produzidos nesse campo e pela Psicanálise fornecem uma importante contribuição na condução

da prática psicoterápica, dando expressão à sua potência terapêutica – entendida aqui como possibilidade de criação e produção de novos sentidos e modos de conexão com o mundo. Afirma-se, assim, o caráter eminentemente interdisciplinar e multiprofissional de sua prática, colocando limite a certo arroubo corporativista que reivindica para psicólogos a exclusividade do seu exercício.

Ora, a abordagem das psicoterapias como campo interdisciplinar nos convida a lançar um olhar sobre o lugar de proveniência e emergência da clínica como prática discursiva da modernidade (psicanálise e psicoterapias aí incluídas), extraindo disso suas conseqüências éticas. É Foucault quem nos guiará nessa reflexão.

Com ele aprendemos que as ciências humanas (a primeira delas sendo a clínica médica) nascem a serviço do estado moderno, na passagem do poder soberano ao poder disciplinar, no final do século XVIII. As práticas e saberes que surgem nas ciências humanas têm a função de normalizar aquilo que foge à norma instituída - as anomalias da sociedade e que representam os pontos de resistência ao poder disciplinar.

Os dispositivos do poder disciplinar disseminam-se, então, através das instituições e discursos que a cidade moderna engendra (instituições como escolas, prisões, hospícios; discursos como pedagogia, criminalística, psiquiatria...), e terminam por alcançar a intimidade da vida familiar. Aí, na medida em que a soberania familiar vai-se tornando mais e mais permeável ao discurso disciplinar, uma relação estreita é estabelecida entre o espaço da família e os dispositivos disciplinares: de um lado, a família se encarrega de designar o indivíduo anormal no seu interior; de outro, as disciplinas psi, como a psiquiatria, psicologia, psicopedagogia, acolhem os anormais apontados pela família sob a promessa de “refamiliarizá-los”. É nesse ponto que se constitui o que Foucault chama de função-psi, descrita como um discurso que assinala o fracasso da soberania familiar, evidenciado no caráter indisciplinável do indivíduo.

Nesse contexto, ensina Foucault, tem surgimento a Psicanálise, referenciada a esse modelo de uma psiquiatria familiarizada (ou uma família psiquiatrizada). Porém, há um aspecto em particular em que a Psicanálise se destaca do conjunto das disciplinas que compõem a função psi descrita pelo autor.

Diferentemente da Medicina e da Psiquiatria do século XIX, Freud vai dar ouvido ao que as históricas de então dizem, atribuindo valor de verdade àquilo que, para os médicos, não passava de simulação. É escutando as históricas que Freud vai tecendo os fios de sua teoria. Freud reconhece nelas um saber, uma verdade, e é daí que extrai o saber psicanalítico – sempre inconcluso, aberto às vicissitudes dos caminhos que a experiência permite percorrer, sujeito ao inesperado que a escuta atenta de seus pacientes suscita.

Disso emerge a novidade que a Psicanálise vem representar no campo das ciências humanas de modo geral, da clínica em particular, e, em especial, no campo das psicoterapias. Isso por que na medida em que a verdade é colocada do lado do paciente, há o reconhecimento de uma dimensão de imprevisibilidade que é inerente ao saber/poder em jogo na relação terapêutica. Imprevisibilidade que, justamente, as disciplinas psi tiveram a pretensão de eliminar, de controlar.

É assim que Pinel¹, lá nos começos da clínica psiquiátrica, vai definir a terapêutica da loucura como “a arte de subjugar e domar o alienado, colocando-o

na estreita dependência de um homem que, por suas qualidades físicas e morais, seja capaz de exercer sobre ele um domínio irresistível”. Ou seja, o que conta, para a prática psiquiátrica, é sua eficácia em produzir a disciplina esperada, em domar a força desmedida da vontade do louco, num momento em que a loucura passa a ser definida como um excesso de vontade.

Pinel é filho de seu tempo, bebe dos ideais da revolução que a França acaba de viver. Tem a ambição iluminista de trazer os homens à razão, de torná-los claros, transparentes à consciência. Freud também é filho de seu tempo, no início chega a pegar carona com Pinel, mas a sua obra instaura uma discursividade nova. No que diz respeito a uma concepção de subjetividade, pode-se dizer que tanto Pinel quanto Freud compartilham a idéia de que a subjetividade se constitui na relação com o outro.

Mas, diferente de Pinel, Freud entende que se trata de uma subjetividade não transparente a si mesma, que não se deixa apreender integralmente por um saber, guardando uma dimensão inconsciente de resistência, que não se deixa capturar. Esse é o maior legado que Freud nos transmite.

Ao citar Pinel e Freud, estou sendo fiel a Foucault, que se dirige ao passado com as questões do presente. Falo de Pinel e Freud porque eles podem nos ajudar a tomar posição no campo difuso das psicoterapias hoje e do afã de regulamentação que as cerca.

Não vivemos mais a sociedade disciplinar do século XIX, ou a vivemos no seu ponto máximo, no seu limite. As estratégias e cálculos do poder se exercem agora a céu aberto, entranhadas nas subjetividades. Cada vez menos envolvem um conflito entre duas vontades, como descreveu Pinel, onde, por força do submetimento à norma, um corpo se fazia docilizar – mais ou menos – pelas disciplinas.

O capitalismo globalizado implode as normas, requer subjetividades fluidas e maleáveis, adaptáveis à nova ordem, às prescrições móbeis da existência. Resistir tornou-se uma palavra de ordem em desuso. Os novos arranjos de sobrevivência na cidade contemporânea buscam desembaraçar-se do conflito, descartando o pacto urbano e substituindo a negociação pela violência do silenciamento.

De assentamento humano, onde está dada a chance do encontro com o estranho, aberta, portanto, ao embate de forças, a cidade se transforma em área de serviços que se oferece uniforme, ordenada, asséptica e previsível, aos capitais internacionais. A política, como poder de disputa e negociação, dá lugar à polícia, com poder de controle, criminalização e anulação das diferenças.

E, no entanto, ou por isso mesmo, a ética em que Freud pautava sua clínica, que reconhece essa dimensão de

resistência que é própria à subjetividade, se faz cada vez mais crucial para orientar a nossa clínica na contemporaneidade. É o que nos permite entender que, se a histeria era o signo da resistência à injeção disciplinar, pela recusa da sua apropriação pelo saber médico, a compulsividade é hoje um dos traços que leva ao seu limite paradoxal o imperativo do consumo presente na atualidade.

Assim, a ética da clínica – e, portanto, das psicoterapias – é também sua política. Se a prática em que nos engajamos busca a instauração de formas singulares de existência, se o que buscamos é inventar, multiplicar, modular novas formas de relação, buscando constituir laço sem que isso implique o apagamento de uma singularidade, ou seja, mantendo viva a chama de uma resistência, trata-se de uma escolha clínica e política.

Uma escolha que só pode operar na contração de uma sociedade disciplinar, psiquiatrizada. Trata-se então de uma sociedade que, contemporaneamente, no limite da sua capilarização, vale-se do controle que cada um exerce sobre si mesmo. Por exemplo, através da auto-medicação. Uma escolha que se afirma no contrafluxo de um mundo em que cada vez mais se usam as tecnologias de saúde para determinar performances e prescrever comporta-

mentos, abandonando as práticas languageiras e intensivas do campo psi, na ambição de controlar os corpos pelo apagamento do menor traço de resistência, por meio de soluções neuroquímicas.

Evidentemente, nem toda clínica, nem toda psicoterapia, se exerce dessa maneira. Mas toda clínica, toda psicoterapia, é comprometida, implicada politicamente. Em cada clínica é possível reconhecer, ao mesmo tempo, o pólo disruptor que emerge de suas práticas, através do qual se faz possível uma reinvenção da existência, um alargamento dos modos de habitar a cidade; e o seu pólo normalizador, ligado ao contexto disciplinar de onde tais práticas provêm, em que se impõe uniformidade e controle à vida na cidade.

Sermos capazes de reconhecer a presença desses dois pólos em cada ato clínico que produzimos já nos situaria num patamar muito promissor de exercício das práticas psicoterápicas.

Analice de Lima Palombini

Docente do Instituto de Psicologia da UFRGS

1 Apud Michel Foucault, *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Eixo I

A constituição das Psicoterapias como campo interdisciplinar

- a) Psicoterapia como uma disciplina científica ou como um conjunto de métodos e técnicas que definem uma prática
- b) Interdisciplinaridade, transversalidade e multiprofissionalidade: o psicólogo neste contexto
- c) Limitações das reivindicações da exclusividade por parte dos psicólogos
- d) Psicoterapia como prática diversa (clínica ampliada)

Quem legitima essa prática?

A Psicoterapia foi escolhida pelo Sistema Conselhos como eixo temático para 2009. Trata-se de um tema relevante, sobretudo por sua prática haver sido dificultada aos psicólogos por longos anos, vindo a constituir-se como reconhecida e valorizada mediante movimentos e lutas da nossa categoria - mesmo antes da criação do nosso próprio Conselho Regional. Nos idos anos 70, quando eu ingressava na profissão, a discussão era o que habilitava ao exercício da Psicoterapia, na época predominante ou exclusivamente aquela que se sustenta teoricamente na Psicanálise.

Refletir sobre a Psicoterapia é pensar que ser psicoterápico, *lato sensu*, qualquer sujeito pode sê-lo. A

Psicoterapia não busca nada além do que as relações interpessoais saudáveis também buscam: que as pessoas, os grupos, a coletividade tenham uma melhor condição de pensar, agir, enamorar-se, trabalhar; que se ampliem as competências, que a criatividade se expanda sem que o psiquismo sofra com restrições impostas. Enfim, que cada sujeito possa usufruir de si mesmo e do outro de forma ampla e respeitosa. Se esse pode ser tomado como um objetivo nas relações em geral, é também uma busca do sujeito em Psicoterapia: que ele possa ampliar sua capacidade de ser feliz.

No entanto, quando se trata de um processo formal de Psicoterapia, algo se impõe: que se atravesse

uma teoria, uma técnica, um cuidado com o psiquismo daquele que a exerce profissionalmente. Falo da ética. Essa é a lei que norteia o fazer quando essa Psicoterapia adquire um estatuto de prática profissional.

Embora nos primórdios, em nosso meio, a Psicoterapia Psicanalítica fosse tomada como sinônimo do genérico Psicoterapia, já que era a sua prática que constituía esse campo, é importante que reafirmemos ser a Psicoterapia, no âmbito da profissão, um termo genérico que pode ser empregado para designar qualquer tratamento reconhecido e realizado com métodos e propósitos psicológicos, que tenha na sua origem uma teoria que lhe sirva de apoio no seu exercício.

A prática da Psicoterapia, então pouco presente no domínio da universidade, foi se efetivando, sobretudo, através de grupos de estudos e supervisões buscadas individualmente por aqueles que se interessavam por essa prática e aos poucos esse exercício foi se concretizando em instituições, fora da academia, que se ocupavam de sua transmissão. É importante lembrar-se que, nos tempos atuais, a universidade, em suas graduações, tem disciplinas especificamente ligadas a Psicoterapia e, sobretudo, muitas universidades tem se ocupado, em parcerias com instituições formadoras, em oferecer cursos de especialização em nível de pós-graduação.

Essa ampliação é significativa. No entanto, é preciso atentar aos dispositivos necessários no sentido do que constitui o fazer Psicoterapia. Retomo o afirmado anteriormente: essa prática se constitui mediante uma habilitação teórica, técnica e pessoal. A formação, por conseguinte, se sustenta em uma teoria exercida por alguém que tem sua prática acompanhada e, principalmente, cuidada em seu próprio psiquismo por um outro também competente para tal. Viabiliza-se, assim, a partir de alguns pressupostos. A questão é a quem é permitido tal ato, quem legitima essa prática?

O tema é, por conseguinte, da regulação da Psicoterapia. Com o surgimento de múltiplas técnicas psicoterápicas e dos diversos atores envolvidos com a Psicoterapia, é preciso discutir-se em diversas esferas o que é da ordem do cuidado e o que é da ordem de controles que buscam legitimar-se sob propostas de regulamentação.

Necessário ressaltar a superposição de um cuidado com o saber e com a prática de um preocupar-se com a qualidade do trabalho como forma legalista de resolver a questão. A própria letra do nosso código de ética institui e obriga a cada psicólogo no exercício da sua prática a responsabilizar-se por sua competência. É ele que oferece diretrizes para nossas ações e baliza nosso julgamento.

Em seu artigo 1º, letra b está escrito: “São deveres fundamentais dos psicólogos: Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente” (Código de Ética Profissional do Psicólogo, 2005). Anteriormente a isso, o Conselho Federal de Psicologia propôs a Resolução número 010/2000 que define em seu artigo primeiro: “A Psicoterapia é prática do psicólogo por se constituir, técnica e conceitualmente, um processo científico de compreensão, análise e intervenção que se realiza através da aplicação sistematizada e controlada de métodos e técnicas psicológicas reconhecidos pela ciência, pela prática e pela ética profissional, promovendo a saúde mental e propiciando condições para o enfrentamento de conflitos e/ou transtornos psíquicos de indivíduos ou grupos.”

Do ponto de vista institucional, o Sistema Conselhos oferece vários fóruns para o debate das questões ligadas à Psicoterapia, não se fazendo necessário outras instituições reguladoras das práticas, além das contempladas pelo próprio Conselho. Diversas instituições afins são importantes para que se constituam espaços sempre vivos de discussão e construção de idéias. Necessário o diálogo com outras instituições, a eterna vigilância com relação a criação de grupos de regulação e controle e a constante abertura para o diálogo interinstitucional.

Na amplitude dessa vigilância, a prática da Psicoterapia, tão ampla quanto forem as teorias que as sustentam, precisa creditar ao seu órgão máximo o lugar de construir referências.

Denise Costa Hausen
Psicóloga, psicanalista, professora,
Doutora em Psicologia (PUCRS)

Eixo II

Parâmetros técnicos e éticos mínimos para a formação na graduação e na formação especializada e para o exercício da Psicoterapia pelos psicólogos.

a) Parâmetros: referências e/ou regulação

Pensar a Psicoterapia

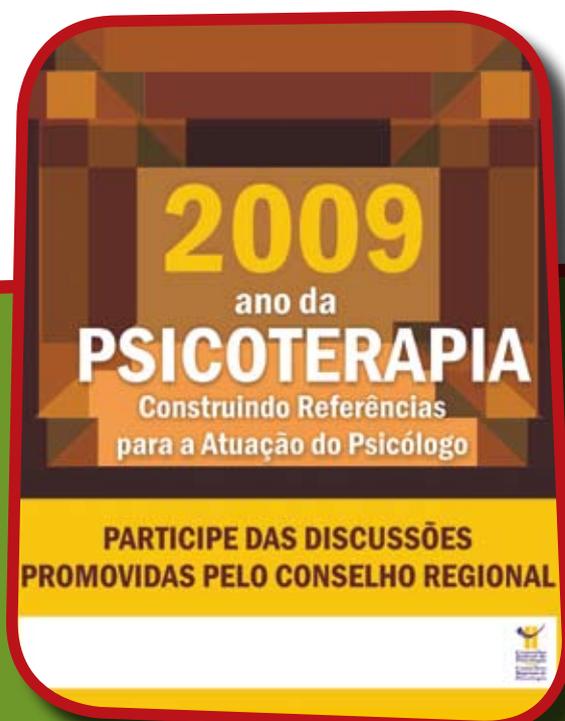
A Psicologia é uma das categorias profissionais que exerce a Psicoterapia, mas sabidamente não é a única. Pensar o que é a prática da Psicoterapia é situar critérios técnicos e éticos que abarquem a diversidade das Psicoterapias e dos grupos profissionais que as exercem.

Os Conselhos Regionais e o Federal de Psicologia legislam e fiscalizam os psicólogos. No entanto, a interlocução com as outras categorias profissionais, por meio de seus Conselhos, certamente amplia o debate. Já tivemos esta experiência com relação ao Ato Médico, quando 13 categorias profissionais dialogaram na busca do arquivamento do então PL 2505. Foi uma experiência inédita de nossa categoria em nível nacional quanto às possibilidades de respeitar as especificidades sem imposição de controle sobre as outras categorias profissionais.

A Psicoterapia não é uma prática que deva ficar restrita a uma ou duas categorias profissionais. A questão que se coloca não é o corporativismo do exercício da Psicoterapia, mas sim critérios de sua prática.

Quando falamos de critérios, os distinguimos de qualquer forma de regulamentação. Os critérios dizem respeito a um cuidado que requer formação (entendida como conhecimento teórico da prática utilizada), supervisão (em suas diversas modalidades), e a própria experiência da técnica. Este conjunto que chamamos formação é o que define a prática e a ética que embasa o trabalho clínico. É a responsabilidade de cada um com sua atividade e com seu paciente, cliente, usuário. Dessa maneira, as instituições formadoras são fundamentais no diálogo com o Conselho.

A proposta de descentralização deste debate é salutar, pois permite que várias instâncias envolvidas no campo da Psicoterapia possam se pronunciar. A



competência do exercício da Psicoterapia tem uma dimensão, como já afirmamos, técnica e ética, e também política e de mercado de trabalho. Hoje a Psicoterapia se amplia para além da clínica privada, modelo que foi fundador. Ela conquista o espaço público e reconhecidamente outras formas de intervenção.

As práticas são diversas, como a intervenção de crise, o atendimento em planos de saúde, o trabalho multiprofissional, e a relação com a justiça, para citar os que estão em pauta de debate. O diálogo interdisciplinar se impõe para que claramente seja falado, mostrado e delimitado o que é nosso fazer como terapeuta. Ou seja: desde que lugar ocorre a escuta e a intervenção.

Portanto, as associações que congregam psicólogos e psicoterapeutas têm que se ocupar de, democraticamente, criar espaços para o diálogo entre os psicólogos e dos psicólogos com outras categorias profissionais que igualmente realizam o exercício da Psicoterapia. Esta é uma prerrogativa dos profissionais envolvidos e entre eles é que deve se travar o enfrentamento por uma prática competente.

Bárbara Conte

**Doutora em Psicologia, psicanalista,
membro pleno da Sigmund Freud Associação Psicanalítica
e ex-conselheira do CRPRS**

Eixo III Relações com os demais grupos profissionais

- Estratégias políticas de construção de parcerias e enfrentamento dos conflitos
- Relação do Sistema Conselhos com a ABRAP e outras entidades

Resolução CFP nº 018/2008

Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971 e;

CONSIDERANDO a Lei 10.826/03, o Decreto 5.123/04, a Instrução Normativa DPF 023/05 e a legislação correlata, que tratam da posse, registro, porte e comercialização de armas de fogo, do SINARM (Sistema Nacional de Armas), que define crimes e dá outras providências, como também os requisitos para aquisição e uso de arma de fogo;

CONSIDERANDO o surgimento de novas demandas que resultaram na regulamentação do registro e/ou porte de arma de fogo a agente penitenciários, seguranças privadas (Portaria DPF 387/06) e guardas municipais (Portaria DPF 365/06);

CONSIDERANDO o estabelecido no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nas Resoluções CFP 02/03 e 007/03 que, respectivamente, define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos; e institui o manual de elaboração de documentos escritos produzidos por psicólogos decorrentes de avaliação psicológica;

CONSIDERANDO a função social da Psicologia em buscar qualidade técnica e ética dos produtos e serviços profissionais do Psicólogo;

CONSIDERANDO a necessidade de normatização e qualificação de procedimentos relacionados à prática da avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo;

CONSIDERANDO a importância da avaliação psicológica como requisito obrigatório e eliminatório para concessão do registro e/ou porte de arma de fogo;

CONSIDERANDO que a avaliação psicológica é uma função privativa do Psicólogo como definida na Lei N.º 4.119 de 27/08/62 (alínea "a", do parágrafo 1º do artigo 13);

CONSIDERANDO que, de acordo com o Código de Ética, é vedado ao psicólogo estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado;

CONSIDERANDO a decisão deste Plenário em Sessão realizada no dia 5 de dezembro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º - A realização das avaliações psicológicas para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo é de competência

privativa e responsabilidade pessoal de psicólogos que atendam às exigências administrativas dos órgãos públicos responsáveis.

Parágrafo único - Para atuar na área de avaliação psicológica para a concessão de registro e/ou porte de arma de fogo, é indispensável que o psicólogo esteja inscrito no Conselho Regional de Psicologia de sua região e credenciado pela Polícia Federal.

Art. 2º - É dever do psicólogo observar toda a legislação profissional, o Código de Ética e o rigor técnico na utilização de instrumentos de avaliação psicológica, utilizando aqueles com 'parecer favorável' para uso segundo regulamentação do CFP, cumprindo as normas técnicas dispostas nos respectivos manuais no processo de aplicação e avaliação dos resultados; e toda legislação vigente sobre o assunto.

Art. 3º - O material técnico utilizado bem como o(s) resultado(s) obtidos deverão ficar sob a guarda do psicólogo, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, em condições éticas adequadas, conforme determina o item VI do Manual de Elaboração de Documentos - Resolução CFP 007/2003.

Parágrafo único - Para fins de pesquisa, reteste, respaldo técnico, entre outros, o material poderá ser guardado por tempo indeterminado.

Art. 4º - Os locais para a realização da Avaliação Psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo deverão ser apropriados para essa finalidade, estando de acordo com o estabelecido no Código de Ética Profissional do Psicólogo e nas demais resoluções do CFP, não havendo necessidade de limitação do local a este único objetivo.

Art. 5º - Aos psicólogos responsáveis pela avaliação psicológica fica vedado estabelecer qualquer vínculo com os Centros de Formação de Vigilantes, Empresas de Segurança Privada, Escolas de Formação ou outras empresas e instituições que possa gerar conflitos de interesse em relação aos serviços prestados.

Art. 6º - É de responsabilidade do psicólogo encaminhar o resultado da avaliação ao solicitante, mediante protocolo de recebimento, bem como garantir a devolutiva do candidato.

Art. 7º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 09 de dezembro de 2008.

HUMBERTO COTA VERONA
Conselheiro-Presidente

A Criança Vítima de Violência e a Escuta Profissional

É crescente o número de crianças e adolescentes que chegam à rede pública de saúde e às clínicas particulares como vítimas de maus-tratos, de abuso físico, sexual, psicológico, de negligência ou abandono.

Neste sentido, os Serviços de atendimento devem estar aptos a prestar atendimento à vítima com profissionais capacitados, minimizando a dor e evitando a revitimização no momento da escuta profissional.

A entrevista de revelação da violência com crianças e adolescentes deve ser realizada por um profissional especializado neste tipo de atendimento para que dados significativos a respeito da ocorrência ou não da violência sejam, de fato, averiguados.

Os profissionais que trabalham com crianças precisam compreender como as crianças pensam e como seus pensamentos se traduzem em testemunhos verbais ou reações. Elas respondem melhor a tons de voz gentis e suaves do que a vozes altas e autoritárias. Crianças também são muito visuais. Por exemplo, entre 2 e 7 anos, elas racionalizam na base do que elas vêem. Por este motivo, é importante que se enfatize a gama de expressões faciais durante o processo de entrevista. Uma cara feliz dará uma impressão positiva, enquanto uma cara séria ou brava significará que algo está errado.

É de extrema importância para o profissional que atende crianças e adolescentes envolvidos em situações de violência, tenha conhecimento de suas características de desenvolvimento de suas habilidades emocionais, sociais e físicas compatíveis com sua idade cronológica.

Crianças apresentam tempo de concentração curto e não se mantêm interessadas ou atentas a uma discussão por muito tempo. Em compensação, elas são capazes de absorver perguntas pequenas e simples feitas ao mesmo tempo e elas precisam de um intervalo adequado para respondê-las. Perguntas começando com “quem”, “o que”, “quando”, ou “onde” levam a respostas mais claras do que as começando por “por quê”, “se”, ou “então”. Questões do tipo “por quê” tendem a acusar a criança ou colocá-la na

posição de responsabilidade pela violência por ela sofrida. Questões do tipo “se” ou “então” são confusas e difíceis de se responder.

Conceitos de tempo e espaço são difíceis para a criança compreender. Na média uma criança não pode dizer, com certeza, antes dos sete anos. Uma aproximação efetiva quando se interroga uma criança menor de sete anos é se relacionar o incidente a momentos especiais do dia: café da manhã, almoço ou jantar. Ou perguntar se o incidente aconteceu na primavera, verão, outono ou inverno.

Crianças sempre se lembram de eventos relacionados com aquilo que é importante ou interessante para elas. Relacionar o evento a feriados especiais como o Natal ou aniversário vai ajudar na sua capacidade de lembrar. Até alguma lembrança negativa, como uma ida ao hospital ou épocas em que estavam doentes ou machucadas, pode remeter à memória da criança sobre o incidente.

Uma criança pode não entender o que o entrevistador está dizendo por não saber o significado de uma palavra. Se o entrevistador quiser determinar se uma criança entendeu uma palavra, é melhor pedir à criança que descreva o que a palavra significa. Se uma criança não entende uma pergunta, ela deve ser refeita, não repetida.

A ordem cronológica dos eventos: é difícil para uma criança repetir sem ficar confusa. Elas não estão mentindo sobre o que aconteceu, mas simplesmente têm dificuldade em colocar os eventos na seqüência correta. Paralelamente a isto, as crianças inventam o que dizer se elas não sabem a resposta para as perguntas, porque elas querem ajudar.

Uma barreira adicional ao se comunicar com uma criança envolve a escolha das palavras e a estruturação da frase. Crianças freqüentemente confundem pronomes, usando “ele” para “ela” ou “ela” para “ele”. Isto pode acarretar problemas para o entrevistador, deste modo, nomes normalmente usados pelas crianças podem ser usados quando se elaborar as perguntas.



No início da Entrevista o psicólogo deve estabelecer a empatia: explorar outros aspectos: interesse escolar, amizades, brincadeiras, etc. Família: com quem mora, se seus pais trabalham, se tem irmãos, enfim, conversar sobre sua vida. Nesta hora é bom testar a capacidade de memória da vítima, pedindo que relate algum fato vivenciado como Natal, carnaval ou outro.

No decorrer da entrevista, verificar se a criança ou adolescente sabe o motivo pela qual está sendo atendido, jamais prometer manter segredo do que for dito pois outros profissionais poderão ajudá-la também. É importante o entrevistador demonstrar que acredita na criança e isentá-la da culpa, deixar claro que a violência vivida por ela também ocorre com outras crianças/adolescentes. Ajudá-la a discutir sentimentos, pensamentos e atitudes.

Ao final da entrevista o profissional deve assegurar a criança/adolescente que ela agiu certo em contar, ajudá-la a elaborar sentimentos decorrentes da revelação da violência e mostrar-se disponível.

Os profissionais devem estar alerta para observar os indicativos, muitas vezes sutis, na conduta da criança/adolescente no momento da escuta. As primeiras reações são atitudes de choque e incredulidade; sentimentos de vergonha, culpa, ansiedade, medo, raiva, isolamento, desamparo; comportamentos confusos e de extrema agitação, pesadelos, terror noturno e alterações do hábito alimentar. Essas reações, muitas vezes, são expressadas por comportamentos de choro, inquietação e tensão.

O Serviço de Psicologia do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (Deca) da Polícia Civil proporciona à criança e ao adolescente vítima uma entrevista de acolhimento em um ambiente

apropriado, sendo atendidos por uma investigadora de polícia, graduada em Psicologia (Ulbra/RS), com especialização em crianças e adolescentes vítimas de violência (USP/SP). Para o estudo de investigação psicológica sobre a situação emocional em que, no momento, encontram-se as crianças e adolescentes vítimas, são utilizadas técnicas de entrevistas, para fins de diagnóstico, dando prioridade à redução da ansiedade diante dos eventos abusivos aos quais estão expostos. O Serviço de Psicologia, que funciona há dez anos no Deca, promove junto à Sociedade um olhar instrumentalizador e potencializador sobre as violências em nossas crianças e adolescentes, estabelecendo parcerias com instituições governamentais e não-governamentais para a prevenção na violência sexual, violência física, violência psicológica, negligência, exploração sexual e maus-tratos na infância. A resolução no atendimento às crianças e adolescentes vítimas se dá através da elucidação das situações abusivas (violências), amparo forense (elaboração de pareceres e relatórios técnicos para o Poder Judiciário) e encaminhamentos necessários (vítimas e agressores) nas áreas da saúde e proteção.

Suzana Braun

Psicóloga Especialista em Violência Doméstica, Coordenadora do Serviço de Psicologia do Departamento Estadual da Criança e do Adolescente – Deca

Thaís Bueno

Psicóloga especialista em Violência Doméstica

Violência e Saúde Mental

A experiência do Ambulatório Pró-Jovem

Felizmente não há mais dúvida de que o tema “violência” deve ser abordado como um problema de saúde, no sentido amplo. E, no sentido estrito, para nós psicólogos, como um problema que interfere gravemente na saúde mental.

Entendendo a violência como um estressor psicossocial, causado por um evento externo traumático, identificamos mais claramente as morbidades psicológicas causadas nas pessoas, após aquele evento ou no seu transcurso, e a possibilidade de intervenções com foco mais específico. Ao destacarmos que tais pessoas desenvolvem uma disfuncionalidade ou transtorno mental, a partir da vivência violenta, estamos dando ênfase, também, a sua condição saudável anterior. Ou seja, esta alteração é consequência direta do estressor externo, e não teria surgido sem este, muito embora saibamos que as predisposições ou vulnerabilidades individuais desempenham um papel maior no risco de ocorrência e na configuração das manifestações sintomáticas. Neste contexto, identificamos com frequência o surgimento de transtornos de adaptação, de estresse agudo e de estresse pós-traumático, que se manifestam através de sintomas emocionais, cognitivos, comportamentais e/ou fisiológicos.

Em especial, no atendimento psicológico com adolescentes e jovens adultos em situação de violência, temos que focalizar, também, esta fase do desenvolvimento humano, o qual já se caracteriza por um processo de mudança e adaptação a uma nova condição humana: a fase adulta. Então, frente a um agravo emocional, gerado por uma experiência de violência, o jovem terá que conciliar dois processos dramáticos, o desenvolvimental e o traumático, o que gera uma sobrecarga psíquica intensa. Daí destacamos a necessidade do foco em psicoterapia articular a consideração destes dois processos.

Os sintomas apresentados refletem um sofrimento e fazem parte de um duplo processo de mudança e ajuste, em andamento, para dar conta da dupla situação de desenvolvimento e de adversidade produzida pelo estressor externo, a saber, a alteração na integridade das relações sociais do jovem (perdas, separação, luto); a modificação do sistema mais amplo de suporte e valores sociais (condição de abusado, estigma de infrator, mudanças de região de moradia, alteração do padrão sócio-econômico), dentre outros. Destacamos que o estressor pode envolver somente o indivíduo ou seu grupo ou comunidade.

Cabe salientar alguns reflexos subjetivos da violência sofrida, que reforçam a necessidade de intervenção psicológica urgente, além de focal, visando à elaboração e ressignificação da história traumática. O objetivo é evitar a consolidação de um transtorno mental severo e persistente. Resgatando Boris Cyrulnik (2006)¹, o estilo afetivo que pode ser adquirido e o sentido dado à ferida (violência sofrida), que passará a constituir o capital mental destes jovens, incidindo na forma como imaginarão seu envolvimento futuro com a vida. Do mesmo modo,

como responderão a ele, caracterizando, muitas vezes, estilos de funcionamento e apego evitativos, ambivalentes, confusos, angustiados, que levam tais jovens a comportamentos de risco, fazendo-os viver novos acontecimentos traumáticos na busca de entendimento e compreensão da violência sofrida.

Como índice da magnitude da frequência destes comportamentos de risco, destacamos os dados de Porto Alegre², acerca do número de mortes violentas (causas externas) que vem crescendo nos últimos anos. Em 2007 o número total destes óbitos cresceu 13,77% em relação ao ano de 2006. Quanto à faixa etária, verifica-se que este número cresceu 53,57% na faixa etária de 15 a 19 anos e 12,59% na faixa etária de 20 a 29 anos, e, na faixa etária de 15 a 29 anos, os homicídios respondem por 77% das mortes violentas, seguidos de 11% de acidentes de trânsito. A partir destes dados de mortalidade por causas externas, podemos inferir a extensão das morbidades decorrentes de causas externas.

É neste cenário e com esta perspectiva em saúde mental, que o Ambulatório Pró-Jovem³, nos seus mais de 10 anos de existência, volta-se para o atendimento de adolescentes e jovens adultos (12 a 21 anos incompletos) com sofrimento psíquico/emocional decorrente de violência doméstica (abuso sexual, físico e psicológico, negligência, abandono e maus-tratos) e violência urbana (conflito com a lei, ato infracional e vítimas de situações urbanas violentas). A abordagem terapêutica adotada alicerça-se no trabalho interdisciplinar da sua equipe técnica e administrativa, no estabelecimento de vínculo e empatia com os jovens, na articulação com a rede de proteção e garantia de direitos e na sintonia com as políticas públicas. Nestas, destacamos a Política Nacional de Redução das Morbimortalidades por Acidentes e Violência – PT/GM/MS nº 737, de 16/05/01.

Edilene J. de Almeida

Psicóloga (CRPO7/05123), Especialista em Psicologia Clínica; Especialista em Informação Científica e Tecnológica em Saúde/ FIOCRUZ/GHC; Especialista em Supervisão Escolar/FAPA; cursando especialização em Psicoterapia de Técnicas Integradas/Instituto Fernando Pessoa.

1 - Boris Cyrulnik. Falar de amor à beira do abismo. 2006

2 - Fonte de dados: Coordenadoria Geral de Saúde (CGVS), Equipe de Vigilância de Eventos Vitais, doenças e agravos não transmissíveis (EEV). SMS/PMPA. Dados oficiais, utilizando o SIM (Sistema de Informações de Mortalidade) e a base populacional do DATASUS para Porto Alegre. 2007.

- Estas informações referem-se a pessoas com residência em Porto Alegre, nem todos estes óbitos ocorreram dentro do município de Porto Alegre.

3 - Ambulatório Pró-Jovem/ Centro de Saúde Santa Marta/ Gerência Distrital Centro/ Secretaria Municipal de Saúde/Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Sistema Único de Saúde. Rua Capitão Montanha nº27, 2º andar, Centro. Fone (51) 3289-2872.



Os temas para 2009

Conforme deliberação da Assembléia das Políticas, da Administração e das Finanças (APAF*), os temas que serão estudados em 2009 pelo CREPOP são:

Fevereiro a abril – Atuação de Psicólogos em Políticas Públicas da Educação Básica

Abril a junho – Atuação de Psicólogos em Políticas Públicas sobre Álcool e Drogas

Junho a setembro – Atuação de Psicólogos em Políticas Públicas de Mobilidade Urbana, Transporte e Trânsito

Setembro a novembro – Atuação de Psicólogos no CREAS e outros Serviços Especiais de Acolhida e Atendimento Domiciliar do SUAS

Acompanhe pelo site <http://crepop.pol.org.br> o andamento das pesquisas e participe!

* A APAF é constituída por representantes dos Conselhos Federal e Regionais e se reúne duas vezes ao ano. Entre suas atribuições está o acompanhamento das deliberações do Congresso Nacional da Psicologia (CNP) e das políticas aprovadas.

Referências técnicas em DST e Aids

Já está disponível no site do Crepop o documento Referências Técnicas para a prática do(a) psicólogo(a) nos programas de DST e Aids. A publicação tem como objetivo contribuir na atuação dos psicólogos em políticas de saúde e trata-se de um documento construído coletivamente. O Crepop agradece a contribuição de todos.

Resultados das pesquisas

No portal do Crepop, no link Resultados das Pesquisas, estão postados para consulta relatórios descritivos preliminares com os resultados de cada uma das pesquisas já realizadas. As informações desses relatórios têm servido de subsídio para a produção dos documentos de referência técnica para atuação dos psicólogos em políticas públicas. As áreas disponíveis são:

- Atuação em Serviços de Atenção Básica à Saúde
- Atuação Profissional de Psicólogos/as em Programas de Atenção à Mulher em Situação de Violência
- Atuação Profissional de Psicólogos/as em Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
- Atuação Profissional dos Psicólogos que atuam em programas de educação Inclusiva
- Atuação Profissional nos Centros de Atenção Psicossocial - CAPS
- Atuação Profissional na área do Sistema Prisional Brasileiro
- Atuação Profissional na Área de DST/HIV/Aids
- Questões relacionadas a Vara de Família no poder judiciário
- Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual Contra Crianças e Adolescentes
- Medidas Socioeducativas em Unidades de Internação

Acesse <http://crepop.pol.org.br> e confira!

Entre em contato com a equipe do CREPOP/CRPRS:
Silvia Giugliani/Assessora Técnica
Carolina dos Reis e Thais Bennemann/Estagiárias
www.crprs.org.br | crepop@crprs.org.br

Pelos Direitos da criança e do adolescente



A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, dispõe sobre a política de atendimento e estabelece diretrizes para a criação de Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica e Comdica). No Rio Grande do Sul, além do Cedica, 480 municípios já instalaram seus Comdicas, com as seguintes atribuições:

- Formular, acompanhar e controlar a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades, editando normas gerais e fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas

nos artigos 87 e 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente.*

- Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária do Município, adequando-a às necessidades da infância e adolescência.

- Articular o conjunto dos setores da sociedade responsáveis pela garantia dos direitos da criança e do adolescente.

- Gerir o Fundo Municipal para Criança e Adolescente, fixando critérios para captação de recursos e aplicação dos mesmos.

Acompanhe os relatos de duas psicólogas, representantes do CRPRS, nos Comdicas de Santa Maria e Imbé.

“Quando abri meu consultório em Imbé, visitei escolas, postos de saúde e a Assistência Social do município. Alguns meses depois, uma das assistentes sociais perguntou se eu queria fazer parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica) como psicóloga titular. Aceitei e achei muito interessante poder contribuir com os projetos ali apresentados, principalmente porque os beneficiados são as crianças e adolescentes carentes de Imbé.

O Comdica é formado por representantes de várias instituições de diferentes áreas, como a Saúde, a Justiça, e a comunidade. O papel que um conselheiro tem é o de verificar se os projetos estão sendo realizados, além de votar aprovações de novos projetos para que sejam enviados aos patrocinadores e ficar atento ao Conselho Tutelar – observando se este está fazendo o seu papel em relação a denúncias e questões que envolvam as crianças em situação de abandono ou perigos.

A avaliação que eu faço é de que a Psicologia é de suma importância em todos os espaços, porém o trabalho do psicólogo ainda é pouco reconhecido. Aqui no município a questão da cultura é muito forte. Existe preconceito em torno da Psicologia e Psiquiatria.”

Loiva dos Santos Teixeira

Psicóloga, conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica) de Imbé

“Estou atuando no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica) desde outubro de 2008. Comecei a participar das reuniões do Comdica como convidada, representando a instituição onde trabalho, e após fui indicada para o cargo de conselheira representando o CRPRS. Meu papel como conselheira é participar de debates, encontros, deliberações, construções de consensos, prioridades e decisões, todas guiadas pelo interesse superior da infância e da adolescência – uma tarefa que requer conhecimento da realidade vivida pela população infanto-juvenil de minha cidade. É preciso sentir-se responsável pelas políticas municipais de atenção a infância e adolescência (saúde, educação, assistência social, esportes, cultura e outras), ter conhecimento das políticas públicas de atenção à criança e ao adolescente, particularmente, suas limitações e desafios; propor soluções fundamentadas; manter-se sintonizado com as organizações da sociedade civil.

Percebo que é de suma importância participar deste espaço, pois qualifica o meu trabalho, além de promover a saúde e a qualidade de vida de crianças e adolescentes contribuindo para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Acredito que em todas as reuniões do Comdica exista uma ação efetiva, pois estamos envolvidos com a defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente que são prioridades absolutas na atualidade. Além disso, para a Psicologia estar neste Conselho representa uma contribuição direta para a construção de um futuro digno e cidadão, para todas as crianças e adolescentes de Santa Maria.”

Tais Sangoi Rodrigues Teixeira

Psicóloga, conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica) de Santa Maria

**Você também atua junto ao Controle Social?
Escreva para o Entrelinhas e conte a sua experiência
como conselheiro: comunicacao@crprs.org.br.**

* Art. 87. São linhas de ação da política de atendimento:

- I – políticas sociais básicas;
- II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;
- III – serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- IV – serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

- I – municipalização do atendimento;
- II – criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária

- por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;
- III – criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- IV – manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente;
- V – integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional;
- VI – mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

Agenda

Cursos de Especialização e Formação

Psicologia Social e Institucional – Instituições em Análise

UFRGS – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3308.5700/3308.5149
www.psicologia.ufrgs.br/pos_graduacao/pos_graduacao.html

Psicanálise de Crianças e Adolescentes

Sigmund Freud Associação Psicanalítica - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3062.7400
www.sig.org.br

Filosofia da Psicanálise

Sigmund Freud Associação Psicanalítica - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3062.7400
www.sig.org.br

V Curso de Especialização em Terapias Cognitivas

NEAPC - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333.2123
www.nucleodeterapiascognitivas.com.br

Esquizoanálise e práticas sociais e institucionais

Pichon Riviére - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3331.7467
contato@pichonpoa.com.br
www.pichonpoa.com.br

Psicoterapia de Orientação Psicanalítica

IEPP - Porto Alegre e Bento Gonçalves/RS
Informações: (51) 3333.4801 e (54) 3451.9813
www.iepp.com.br/

Aperfeiçoamento em Psicopedagogia

Instituto Cyro Martins - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3338.6041
cyromartins@cpovo.net
www.cyromartins.com.br

Psicologia Escolar

CAPE - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3331.5681
capepsi@terra.com.br
www.capepsi.com.br

Psicoterapia de Orientação Psicanalítica

IPSI - Novo Hamburgo/RS
Informações: (51) 3581.4055
www.ipsi.com.br

Psicologia Hospitalar

Hospital Moinhos de Vento - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3314.3690
iep@hmv.org.br
www.moinhos.net

Atendimento Clínico - Ênfases em Psicanálise, Teoria Sistêmica de Casal e Família e Fonoaudiologia

UFRGS - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333.7025
clinicap@ufrgs.br

Neuropsicologia

UFRGS - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3308.5246
especpsico@ufrgs.br
www.ufrgs.br/pgpsicologia/

Terapeutas de Casal e Família

Domus - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3346.3022/3395.1895
domusctf@terra.com.br
www.domusterapia.com.br

Pós-Graduação em Psicologia

Unisinos - São Leopoldo/RS
Informações: (51) 3590.8145/3590.8122
ppgpsicologia@unisinos.br
www.unisinos.br/psicologia

A Nova Ordem das Famílias

CLIP - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3222.6134
info@clipmed.com.br
www.clipmed.com.br

Arteterapia de abordagem junguiana

Psique - Psicologia e Arteterapia - Porto Alegre/RS
Informações: psique@via-rs.net
www.psiquers.com.br

Instrumentalização em lutos e perdas

Luspe - Caxias do Sul/RS
Informações: (54) 3028.0015
luspe.c@ig.com.br

Psicoterapia Psicanalítica

Gaepsi - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3331.3781
contato@gaepsi.com.br
www.gaepsi.com.br

Psicoterapia

Instituto Wilfred Bion - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3384.2765/3319-7665
iwbion@terra.com.br
www.institutowilfredbion.com.br

Formação em Interdisciplinaridade e Ações em Saúde

NEAPC - Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3333.2123
ccstress@terra.com.br
www.nucleodeterapiascognitivas.com.br

Docência para a educação profissional de nível técnico na área da saúde

Univates – Lajeado/RS
Informações: (51) 3714.7011
posgraduacao@univates.br

Psicoterapia Cognitivo-Comportamental

WP – Porto Alegre/RS
Informações: (51) 3332.3249
curso@terapiascognitivas.com.br
terapiascognitivas.com.br

Psicossomática e Gerontologia Interventiva

Unisinos – São Leopoldo/RS
Informações: (51) 3591.1122
www.unisinos.br/educacaocontinuada

Psicologia Clínica Psicanalítica

Cesuca – Cachoeirinha/RS
Informações: (51) 3441.8650
clinica@cesuca.edu.br
www.cesuca.com.br

Congresso Internacional
Saúde Mental e
Reabilitação
Psicossocial

As pessoas, os cenários, as práticas....

11 a 13 de junho de 2009
Porto Alegre | RS | Brasil

Patrocinador: **ULBRA** | **IBDH** | **CRP**

Informações: +55 (51) 2108 3111 | saudemental2009@officemarketing.com.br | www.saudemental2009.com.br